

## **A luz por entre a ramagem – fotografia, testemunho e espaço de manobra nas zonas libertadas da Guiné-Bissau**

### **1. Paradoxos e função**

Há fotografias que nos resgatam da *indiferença*. Contudo, hoje em dia, há sobretudo fotografias que nos deixam indiferentes, quase anestesiados. Isto não se deve apenas à paralisação dos nossos mecanismos associativos, algo que Walter Benjamin cedo identificou como um efeito, não apenas da fotografia, mas também de outros fenómenos modernos ligados à vida urbana e à técnica, que provocaram alterações profundas nas nossas vivências mediante o incremento daquilo que denominou *experiência do choque* (Benjamin, 2006b). A indiferença deve-se também à nossa incapacidade de lidar com o volume imenso de imagens que, com cada vez maior frequência, assaltam a nossa percepção e povoam a nossa imaginação. Neste sentido, o silêncio e a escuridão dos arquivos onde esse volume é depositado funcionam também como uma forma de apaziguamento, pelo menos até que alguém resgate as imagens e as faça *sobreviver*. Derrida, num texto já clássico, ligou o *mal d'archive* à pulsão de morte e aos elementos destrutivos contra os quais – ou talvez ao serviço dos quais – lutam as tecnologias que nos permitem registar, armazenar, arquivar (Derrida, 1995). Nas nossas sociedades, e de modo algo paradoxal, o medo do esquecimento e do isolamento (o medo de sermos esquecidos e de ficarmos isolados) parece vir à flor da pele com a crescente oferta de relações virtuais e de redes sociais. A fotografia, que tem múltiplas relações com a memória, a morte e a melancolia, desempenha um papel fundamental em todos estes processos. Ela anestesia e choca, trabalha para o arquivo e para o esquecimento, fala da vida e da morte. No mesmo golpe, liga-nos e desliga-nos da realidade, está aí à nossa frente, no presente, mas força-nos a ver um lugar do passado. As fotografias são *objectos paradoxais e plurais* que dificilmente se deixam reduzir a uma sentença.

No meio de todas estas possibilidades e experiências virtuais, existem também os registos precisos que, aproveitando a objectividade fotográfica, visam cumprir uma *função de prova e de testemunho*, como aqueles que resultam de viagens nas quais se pretende verificar um estado de coisas. Nestes casos, os temas do registo e do arquivo desdobram-se num sem-número de questões. As fotografias que Mikko Pyhälä tirou

entre os meses de Dezembro de 1970 e Janeiro de 1971, enquanto acompanhava a comitiva da União Internacional de Estudantes (UIE) que se deslocou às zonas libertadas da Guiné-Bissau, parecem aproximar-se desta última função. Porquê “parecem”? Por que não uma formulação mais assertiva, como: “As fotografias que Mikko Pyhälä tirou entre os meses de Dezembro de 1970 e Janeiro de 1971, enquanto acompanhava a comitiva da União Internacional de Estudantes que se deslocou às zonas libertadas da Guiné-Bissau, visam cumprir uma função de prova”?

Hesitemos. Perante imagens que vêm à tona arrastando consigo as águas turvas de um dado momento histórico, ganha força a exigência de fazer justiça a esse momento e à complexidade com que o nosso presente nele se entretetece. Essa exigência pode ser a do historiador e a do investigador que aprofunda os assuntos da cultura, mas pode também ser a de quem – aquém, além ou paralelamente – se guia pelas perguntas e pelas intuições que, como dedos tateando num quarto escuro, procuram portas que se entreabram e façam chegar às imagens as frinchas de luz que lhes dêem legibilidade – ou lhes tragam uma segunda vida, inicialmente indecisa. No fundo, trata-se de criar um desvio e de perguntar o que nos compete fazer com as imagens que resgatamos do esquecimento.

Alteremos os conceitos. A arquitectura e o design ensinam-nos coisas valiosas sobre a imbricação entre forma e função. A fotografia também o faz, desde logo pela sua *retórica* e por todos os mecanismos semiológicos que suscita (questões analisadas de forma seminal por Roland Barthes a propósito da imagem publicitária (Barthes, 1984)). Mas, no meio deste universo de construções e significados, onde fica o olhar, bem como a possibilidade de falar sobre a experiência de sermos olhados, tocados pelas imagens? Ora, não há percepção pura e, no caso de fotografias de conflitos armados, muito menos despolitizada. É o grande drama do fotojornalismo de guerra: o desconcerto que se produz no nosso íntimo quando somos confrontados com uma bela imagem de uma situação limite.

Aprofundemos. Existe o Roland Barthes de “Retórica da Imagem”, mas existe também o Roland Barthes de *A Câmara Clara*, que abre espaço para as forças irracionais e inconscientes que acompanham a “força de evidência” fotográfica – e que já se encontravam *in nuce* no “sem-código” de “A Retórica da Imagem”. Se a retórica nos

obriga a atender ao elemento de significação e, por inerência, à construção, às funções e à performatividade social e política da imagem (encontrando-se, neste sentido, mais próxima do *studium* de *A Câmara Clara*), já a força coloca-se sobretudo do lado daquilo que escapa ao controlo (experiência próxima do *punctum*), nomeadamente, também ao nosso controlo enquanto teóricos que trabalham com as imagens e procuram conferir-lhes um discurso coerente.

Geoffrey Batchen identificou, ao longo das décadas de 80 e 90 do século passado, uma mudança no modo de olhar, de falar e de escrever sobre a imagem fotográfica, que se prolongou e metamorfoseou em diversas apropriações disciplinares. Em traços gerais, tratou-se de “uma mudança geral no foco analítico, da imagem para a moldura, das questões da forma e do estilo (a retórica da arte), para questões de função e de uso (a prática da política). Argumentando que o significado fotográfico é inteiramente mutável e contingente, estes investigadores pós-modernos também concluem logicamente que o *medium* não pode ter uma história autónoma ou uma identidade fixa”<sup>1</sup> (Batchen, 1997: 12). Como Batchen não deixa de assinalar, esta mudança permite iluminar o quadro geral onde se insere a proposta que John Tagg desenvolve no livro *The Burden of Representation*, e que conhecerá desenvolvimentos noutros textos: “Que uma fotografia possa ser considerada uma *evidência* resulta, não de um facto natural ou existencial, mas de um processo social, semiótico, embora isto não pressuponha a existência de um valor de evidência embebido na impressão, num aparelho abstracto, ou numa estratégia de significação particular. Será um argumento central deste livro que, aquilo a que Barthes chama “força de evidência”, é um resultado histórico complexo e é exercido pelas fotografias somente dentro de certas práticas institucionais e dentro de relações históricas particulares, cuja investigação levar-nos-á para longe de qualquer contexto estético ou fenomenológico.”<sup>2</sup> (Tagg, 2002: 4).

---

<sup>1</sup> Tradução livre do autor. Doravante, todas as traduções do autor serão acompanhadas pelo original em nota de rodapé. “We see in the work of these critics a general shift in analytic focus from image to frame, from questions of form and style (the rhetoric of art) to questions of function and use (the practice of politics). Having argued that photographic meaning is entirely mutable and contingent, these postmodern scholars also logically conclude that the medium can have no autonomous history or fixed identity.”

<sup>2</sup> “That a photograph can come to stand as evidence, for example, rests not on a natural or existential fact, but on a social, semiotic process, though this is not to suggest that evidential value is embedded in the print, in an abstract apparatus, or in a particular signifying strategy. It will be a central argument of this book that what Barthes calls ‘evidential force’ is a complex historical outcome and is exercised by photographs only within certain institutional practices and within particular historical relations, the investigation of which will take us far from an aesthetic or phenomenological context.”

John Tagg propõe uma espécie de genealogia de algumas práticas fotográficas de finais do séc. XIX, inícios do séc. XX, projecto que, de acordo com os seus pressupostos, passa ao lado de problemas de cariz ontológico, estético ou fenomenológico. As influências de Louis Althusser, por via da análise do funcionamento dos aparelhos ideológicos, bem como de Michel Foucault, mediante o binómio conhecimento-poder, manifestam-se de forma clara no programa de Tagg e são assumidas pelo próprio – e adoptadas de forma algo restritiva em relação às próprias fontes de inspiração, sobretudo no que toca a Foucault. De qualquer modo, no limite, a articulação entre conhecimento, discurso e poder é levada a um extremo onde parece difícil respirar, anulando-se à partida a diversidade de *experiências fotográficas* e o trabalho com a sua sobrevivência: a discriminação das práticas institucionais e das ligações históricas particulares parece anular qualquer consideração estética, quando, na verdade, uma das virtudes da imagem é a sua potência *reconfiguradora*, e até mesmo corrosiva, relativamente às relações preestabelecidas com uma dada ordem instituída. E a força de evidência, sendo prévia à dimensão epistemológica, não deve ser confundida com as dimensões de prova ou de verdade, embora trabalhe por dentro dos mecanismos que as tornam possíveis.

O material de propaganda que se encontra nos arquivos institucionais e pessoais, produzido quer pelos países colonialistas, quer pelas lutas de libertação, conserva um reduto de força e permite abrir um espaço de manobra onde o discurso académico e as práticas artísticas amiúde vão buscar elementos de trabalho, que necessariamente trazem a questão política para o núcleo das suas construções. Num outro nível, é também o próprio âmbito do discurso estético – o seu alcance e os seus limites – que se joga nesse reduto.

Perante tudo isto, como olhar para as fotografias de Mikko Pyhälä e para a sua retórica? O que dizer sobre elas? Como lidar com a disposição dos corpos, com a moldura – o dentro e o fora de campo –, com a apresentação dos espaços, com a negociação entre os *constrangimentos* (no limite, a morte pela guerra) e o ensaio de *propaganda* (no limite, a suspeita de que todo este imaginário é forjado)? Poderemos compreender a sua complexa teia histórica, a sua função, e, *ainda assim*, descobrir nelas outros jogos de sentido, bem como tensões e promessas ocultas?

## 2. O grande xadrez e os idealistas

Durante os meses de Dezembro de 1970 e Janeiro de 1971, Mykko Pyhälä, então estudante de Ciências Sociais na Universidade de Jyväskylä, acompanhou a comitiva da União Internacional de Estudantes que se deslocou às zonas libertadas da Guiné-Bissau sob controlo do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Ao longo da viagem, fez uma série de registos fotográficos com o intuito de documentar a situação nos locais onde a comitiva foi conduzida.

A deslocação desta comitiva pode ser enquadrada numa prática, corrente à época, que passava pela visita de “observadores insuspeitos” às zonas libertadas das colónias africanas, potenciando-se assim a obtenção de “testemunhos irrefutáveis (verbais, escritos, fotográficos e cinematográficos) sobre a situação real aí existente” e sobre a “vida nova” que nela se desenvolvia<sup>3</sup> (A. Cabral, comunicado, janeiro 8, 1973). Por outro lado, a deslocação é representativa do interesse crescente que os movimentos estudantis vinham a demonstrar pelas causas da libertação colonial, nomeadamente movimentos internacionais como a União Internacional de Estudantes, a qual estava sob influência directa da União Soviética. Muitos destes movimentos estudantis tornaram-se parte do *xadrez da Guerra Fria* e das grandes potências que faziam do território africano o seu tabuleiro. Neste contexto, a juventude e os estudantes eram um alvo preferencial das estratégias que visavam a sociedade civil do bloco inimigo. É óbvio – e daí toda a complexidade destas questões – que muitas dessas estratégias se alimentavam de causas ligadas à defesa dos direitos humanos ou à descolonização, as quais, à partida, pareciam não estar determinadas pela Guerra Fria. Ao longo dos anos de 1960 e 1970, essas causas foram ganhando cada vez mais adeptos nos movimentos estudantis dos países nórdicos.

O apoio da União Soviética aos movimentos de libertação tinha um carácter directo, que passava pelo armamento e pelos bens materiais, mas também um carácter mais indirecto, como a formação em solo soviético de jovens dirigentes ou futuros dirigentes

---

<sup>3</sup> Cabral, A. *O Estado da Guiné-Bissau. I. A criação da Assembleia Nacional Popular da Guiné* (\*). *Resultados e Bases das eleições gerais realizadas nas regiões libertadas, em 1972.* (\*) Comunicado emitido a 8 de Janeiro de 1973. Texto não publicado incluído numa pasta com a nota manuscrita: “Documentos originais para preparação de edições de Amílcar Cabral recuperados de Mário de Andrade”. Esta pasta encontra-se nos Arquivos Históricos Nacionais sob tutela do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa em Bissau. O título, subtítulos e nota de rodapé assinalada por asterisco aparecem manuscritos, presumivelmente por Mário Pinto de Andrade.

dos movimentos, bem como o apoio a eventos e congressos onde eram apresentadas e discutidas as causas dos movimentos de libertação. Por outro lado, também a Central Intelligence Agency (CIA) apoiava associações internacionais de estudantes, aparentemente como reacção a um procedimento que se tornara comum no lado soviético, entrando assim no jogo que Kotek denomina “calculada exploração do idealismo” (Kotek, 1996: vii.). Contudo, o próprio Kotek refere que os estudantes não eram assim tão fáceis de manipular, dado que muitas associações de estudantes nacionais estavam sustentadas por um tipo de organização que privilegiava a independência (Kotek, 1996: 86). E também é verdade que, sobretudo a partir de finais dos anos de 1960, a relação entre as associações de juventude e a administração dos EUA mudou radicalmente, pois a luta contra o imperialismo voltava-se agora, cada vez mais, não apenas contra os estados ainda coloniais, como Portugal, mas também contra o Imperialismo dos EUA e, nomeadamente, contra a sua actuação no Vietname. E isto criou dilemas à CIA e aos líderes dos movimentos por ela financiados, complicando as movimentações do xadrez. Após o escândalo que envolveu o apoio da CIA às associações de jovens e de estudantes em 1969, as organizações apoiadas pelos soviéticos ficaram com todo o tabuleiro só para si, tal como acontecera no período estalinista (Kotek, 1996: 223).

Do ponto de vista do papel específico que a Finlândia desempenhava neste contexto, pode dizer-se que, a partir do início da década de 1970, a questão das lutas de libertação e do colonialismo tornou-se mais delicada para o governo finlandês, pois ela ameaçava interferir com as boas relações que o país mantinha com as forças que se opunham. “A Finlândia tinha boas e importantes relações com as potências coloniais da época e com a União Soviética, e não queria interferir nos assuntos internos de nenhum país. Contudo, os finlandeses tinham um sentimento de base a favor dos direitos civis. Isto – a seu tempo – sustentou o crescimento da opinião pública a favor da libertação do racismo e do colonialismo.”<sup>4</sup> (Peltola & Soiri, 1999: 11-12) Terá assim surgido uma espécie de *política activa de neutralidade externa*, pelo que o crescente empenho da Finlândia na luta de libertação nos primeiros anos da década de 1970 resultou também de mudanças importantes na sua política internacional, as quais, segundo Peltola e Soiri, teriam

---

<sup>4</sup> “Finland had good and important relations with the colonial powers of the day and with the Soviet Union, and did not want to interfere with any country’s internal affairs. Yet the Finns held a basic sentiment in favour of civil rights. This—in time—supported the growth of public opinion in favour of liberation from racism and colonialism.”

resultado da influência de um grande número de organizações não-governamentais (Peltola & Soiri, 1999: 16). O *idealismo* por detrás desta influência terá tido consequências reais a nível político. “A política internacional não é completamente determinada pelo jogo de “poder coercivo” [*hard power*] entre máquinas estatais: as questões mais suaves [*softer*] dos direitos humanos também têm peso real em si mesmas, não apenas como objectos [*items*] de propaganda encobrendo interesses mais sinistros. As características especiais da Finlândia, na sua condição de Estado-Providência não alinhado e parte do grupo de estados Nórdicos, deram-lhe recursos e motivação para apoiar os movimentos de libertação”<sup>5</sup> (Peltola & Soiri, 1999: 155). Uma nova geração e um novo contexto permitiram o incremento da consciência cívica e política que se formou na Finlândia ao longo dos anos de 1960, em particular nos movimentos estudantis, em torno de questões relacionadas com a desnuclearização, a defesa da paz a nível mundial e a necessidade de prestar atenção aos países do terceiro mundo (Peltola & Soiri, 1999: 18). Houve um crescendo do activismo na década de 1960 e o ano de 1968 foi particularmente importante por ter marcado uma maior politização dos movimentos, em particular de uma politização partidária com impacto sobretudo ao nível da esquerda.

Este contexto, e consequentes pressões que diferentes organizações exerceram sobre o governo finlandês, permite assim enquadrar minimamente o “Memorando sobre a luta de libertação nas colónias portuguesas e a atitude internacional perante os movimentos nacionalistas que dirigem esta luta”, de 24 de Agosto de 1972, que culminou no apoio do governo finlandês.<sup>6</sup> A União Internacional de Estudantes, reconhecidamente alinhada com o Bloco Soviético, não era a única a apoiar os movimentos de libertação em África, existindo também outras associações mais independentes, inclusivamente do próprio Ocidente, como a SYL (União Nacional de Estudantes Universitários da Finlândia).<sup>7</sup>

Por outro lado, os jovens que defendiam as causas da libertação tinham um desconhecimento profundo dos factos e do que realmente se passava nos territórios

---

<sup>5</sup> “International politics is not completely determined by hard power play between state machines: softer human rights considerations do have real weight as such, not only as items of propaganda covering more sinister interests. The special characteristics of Finland, as a non-aligned welfare state and as part of the Nordic group of states, gave it resources and motivation to support liberation movements.”

<sup>6</sup> Documento disponível em [http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e\\_9591](http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_9591).

<sup>7</sup> A SYL, que tinha estado na formação da UIE, demarcou-se desta, mas também de organizações mais alinhadas com o Ocidente, tendo procurado formas alternativas de cooperação internacional. Cf. *ibidem*, p. 30.

coloniais. Daí que as viagens ao terreno, como aquela realizada pela comitiva da UIE e por Mikko Pyhälä, então secretário para a educação da SYL<sup>8</sup>, tivessem também esse lado de experiência pessoal, de testemunho *in loco*. Neste sentido, as próprias fotografias poderiam ir ao encontro (ou não) de um determinado imaginário previamente formado, e isto quer de um ponto de vista institucional (de cumprimento de uma função de propaganda), quer de um ponto de vista pessoal (de preenchimento de uma expectativa pessoal).

### **3. As imagens: olhar e enunciar**

Do arquivo pessoal de Mikko Pyhälä fazem parte, entre muitos outros documentos, as fotografias da sua visita às zonas libertadas, a brochura da conferência “Os Estudantes e os Movimentos de Libertação Africanos”, que decorreu em Helsínquia, entre 14 e 18 de Fevereiro de 1971, e que reporta algumas das conclusões resultantes da visita, bem como o já mencionado “Memorando sobre a luta de libertação nas colónias portuguesas e a atitude internacional perante os movimentos nacionalistas que dirigem esta luta”.<sup>9</sup>

Portanto, aparentemente, não corremos o *perigo* de olhar para estas imagens sem uma contextualização e sem um acompanhamento das legendas que lhes dão legibilidade. O *silêncio* da fotografia é um traço que faz a sua força e, simultaneamente, a sua fraqueza, e é intrínseco ao “isto foi”, à “força de evidência” e ao seu carácter indomesticável. Esta força pode fazer-nos cair na idolatria, seja religiosa, estética, política ou de qualquer outra ordem, e talvez por isso seja tão ameaçadora. Ainda na década de 1930, Walter Benjamin, no final de “Pequena História da Fotografia”, alertava-nos para esse facto e para a função redentora da legenda: “A câmara torna-se cada vez mais pequena, cada vez mais pronta a fixar imagens fugidias e secretas cujo choque faz parar no observador os mecanismos associativos. É aí que deve entrar a legenda escrita, que inclui a fotografia no âmbito da literarização de todas as condições de vida, e sem a qual toda a construção fotográfica está condenada a permanecer num limbo impreciso” (Benjamin, 2006: 261).

---

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 47.

<sup>9</sup> Documentos que podem ser consultados em [http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e\\_9591#!e\\_9589](http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_9591#!e_9589). Importa referir que o meu primeiro contacto com estas imagens surgiu do convite de Rui Vilela, o qual, na sequência da sua pesquisa artística e do contacto directo que tem mantido com Mikko Pyhälä desde 2017 - pesquisa e contacto cujos contornos são explicitados na introdução da presente publicação -, reuniu uma série de elementos de arquivo sobre o movimento de libertação da Guiné-Bissau.



Evitando cair nesse limbo impreciso, mas atravessando com passo seguro os limiares da construção fotográfica, ensaiemos o olhar de quem percorre as fotografias da Guiné-Bissau e não pode deixar de demorar-se em determinados espaços, rostos, gestos e objectos que, juntamente com a dimensão retórica e de propaganda, fazem também a sua força – de olhar e de pensamento.

Antes de mais, as fotografias parecem responder à exigência de documentar uma zona libertada que é também um *espaço de manobra*<sup>10</sup>, simultaneamente físico e geográfico, político e existencial, individual e colectivo. Neste sentido, trata-se de um espaço de transição entre dois regimes, o colonial e o pós-colonial, que iria desembocar na Declaração Unilateral de Independência em 24 de Setembro de 1973 e no reconhecimento da Independência, da parte de Portugal, em 10 de Setembro de 1974. À data em que as fotografias foram tiradas, havia já um grande esforço, da parte do PAIGC, para receber comitivas internacionais nas zonas libertadas, e o partido e o seu líder Amílcar Cabral desdobravam-se em esforços político-diplomáticos, paralelamente aos militares.<sup>11</sup> Sintomaticamente, as fotografias registam sobretudo a dimensão social, cultural e política. A dimensão militar encontra-se explícita, por exemplo, nas armas utilizadas nas patrulhas e nas deslocações, nos vestígios de material bélico, nos uniformes, nos pequenos elementos de destruição infligidos à natureza, mas a força da sua “manobra” não é predominante. Na criação de qualquer espaço de manobra há um movimento destrutivo que dilacera e gera detritos, metafórica ou literalmente, e que cria liberdade e permite a *reconstrução*: isso acontece na guerra, no universo do trabalho, nas relações amorosas, no jogo. É uma questão – e sobretudo um processo – que atravessa a vida humana, nas suas tensões e ambiguidades. É à experiência desse espaço que as revoluções e as utopias vão buscar as suas forças vitais.<sup>12</sup> Mas no conjunto de fotos de Pyällä somos poupados a esse movimento destrutivo, conquanto a própria manutenção das zonas libertadas implicasse a continuidade da luta armada. Neste

<sup>10</sup> A fertilidade semântica do termo alemão *Spielraum* (*Spiel*: jogo e *Raum*: espaço) ser-nos-ia aqui de grande utilidade, dado que reúne o significado de espaço de manobra – e todas as suas conotações militares – com o universo da liberdade e do jogo, pertencendo também ao léxico da mecânica, no qual dá conta do espaço entre duas peças que é a condição de encaixe e de medida apropriada, permitindo o bom funcionamento de um mecanismo.

<sup>11</sup> Sobre estas questões, ver Semedo, O. (2018). 24 de Setembro de 1973, Proclamação Unilateral da Independência da Guiné-Bissau. In *As Voltas do Passado. A Guerra Colonial e as Lutas de Libertação*, *op. cit.*, p. 264-270.

<sup>12</sup> Sobre a relação entre *Spielraum* e utopia (e técnica) no pensamento de Walter Benjamin, cf. Wohlfarth, I. (2016). “*Spielraum*. O jogo e a aposta da «segunda técnica» em Walter Benjamin” In L. Gatti, F. P. Machado, H. Burnett (org.), *Revista Limiar*, “Dossiê Walter Benjamin: materialidade, arte e história” (Vol. 3, nº 6, pp. 3-53).

sentido, é revelador que uma das poucas referências ao combate seja ilustrada por uma base militar vazia, na sequência da saída do exército do PAIGC numa missão de ataque ao quartel de Guiledje. Apenas a referência ao som, na legenda da fotografia, parece ligar-nos a momentos de combate: “Muitas noites, e às vezes durante o dia, podíamos ouvir o som das armas da fortaleza, ou a única arma que o PAIGC tinha”<sup>13</sup>. De facto, não se trata de uma reportagem de guerra, com toda a sua estética do combate, do sofrimento, da proximidade da morte; nas fotografias das zonas libertadas, trata-se sobretudo de uma retórica – ou de uma propaganda, ou de um testemunho – do *espaço intermédio*: o lugar de reconstrução, o lugar indefinido onde se ensaiava um novo país. As comitivas internacionais, e os registos que delas resultavam, trazem necessariamente as marcas desse *ensaio*.

Existem dois grandes espaços nestas fotografias: as tabancas e os campos agrícolas. As primeiras localizam-se quase sempre no meio da vegetação; os segundos são mais abertos e, portanto, mais vulneráveis. Nas tabancas, os objectos facilmente ganham novas funções: as portas tornam-se mesas de escola, os restos metálicos de uma bomba de napalm que não explodiu são utilizados para fazer utensílios de cozinha. Estes aproveitamentos, que revelam a escassez de meios, revelam também uma imaginação aguçada pelas exigências do fazer.

Estas fotografias emanam uma atmosfera muito particular, que resulta do facto de muitas delas terem sido obtidas sob a vegetação. A luz que atravessa a ramagem forma pequenos focos que incidem sobre o solo, sobre os corpos e os objectos, criando efeitos que, por vezes, se aproximam do fantasmagórico. O abrigo das árvores, naturalmente uma protecção contra o sol e o calor, reduz a intensidade da luz captável pelo mecanismo fotográfico e dá um efeito precário ao Kodachrome utilizado por Mikko Pyhälä, provocando algum *motion blur* e, por vezes, uma falta de definição dos fotografados. O reverso desta “poética” da imagem aparece na brochura da Conferência em Helsínquia, onde nos é dito que, na sequência da destruição causada pelos ataques aéreos dos portugueses, muitas populações civis tiveram de deslocar-se para a floresta, onde podiam construir trincheiras e abrigos contra as bombas. Havia sempre uma distância de quilómetros entre as escolas, os postos médicos, os locais de reunião e as

---

<sup>13</sup> Legenda da foto: “A PAIGC military camp is empty when soldiers have gone for an attack at the Guiledje fortress. Many a night, and sometimes during the day, we could hear the sound of guns of the fortress, or the single gun that PAIGC had”.

próprias aldeias. As actividades estavam dispersas e os trabalhos nos campos eram feitos de madrugada ou ao anoitecer.<sup>14</sup> Daí, talvez, a sensação de dispersão que atravessa este conjunto de imagens: elas reservam o sigilo provocado pela luta armada. Ou, mais simplesmente, talvez lhes falte a montagem que nos permita descortinar os percursos realizados – ou construir um qualquer percurso.

A brochura da Conferência de Helsínquia menciona ainda outros aspectos que, de forma mais ou menos explícita, são visíveis nas fotografias: a intensificação do apoio material e político; a economia crescente e a participação das pessoas na gestão dos assuntos económicos e sociais (com especial referência às lojas e às máquinas de costura); a posição e o papel das mulheres na construção do novo estado; os serviços médicos; o sistema educativo (o relatório menciona que as experiências mais agradáveis da comitiva foram as visitas às escolas, situadas sob a vegetação devido ao perigo dos bombardeamentos); as actividades culturais.

As imagens são percorridas por gestos de intimidade e do quotidiano, mas também por gestos típicos que se situam entre a pose e a espontaneidade, tornando-se muito difícil perceber até que ponto o fotógrafo trabalhou as situações, até que ponto negociou com o estado de coisas, até que ponto o estado de coisas foi preparado para a sua recepção. Não é de estranhar que tenha existido uma negociação entre fotógrafo e fotografados. Em qualquer retrato existe essa negociação, a qual se torna tanto mais premente quanto a intenção é a exportação de uma imagem de bom funcionamento das áreas libertadas, com vista à angariação de apoios internacionais para os movimentos de libertação. Por outro lado, várias fotografias são atravessadas por olhares e poses que causam estranhamento, na fronteira entre o risível e a inquietação. A verdade é que o fotógrafo incidu muito sobre as crianças – sobretudo na escola, poucas vezes na brincadeira. Existem obviamente os sorrisos, a brincadeira com o macaco (mas ao lado um dos jovens segura uma revista que indicia a necessária marca política). As tabancas que nos são vertidas por estas imagens não são espaços de jogo.

Caberia perguntar, para terminar esta passagem pelos limiares da reconstrução, em que é que se converteu esse espaço de manobra. Como é que as tensões que nele se encontravam, no início da década de 1970, se transformaram, desapareceram ou

---

<sup>14</sup> Ver brochura da Conferência de Helsínquia, “IV – Crimes of the Portuguese Colonialists”, p. 35.

intensificaram nas décadas subsequentes? O que aconteceu aos dirigentes políticos e à sua relação com as “bases” e os grupos étnicos das zonas libertadas? Que vida têm ou tiveram os jovens que apoiavam os cotovelos sobre mesas-portas?

#### 4. Testemunho e “ter-estado-lá”

Regressemos a Roland Barthes e a uma das suas considerações sobre a revolução antropológica da fotografia: “a fotografia instala, não uma consciência do *estar lá* da coisa (que toda a cópia poderia provocar), mas uma consciência do *ter-estado-lá*. Trata-se, pois, de uma nova categoria do espaço-tempo: local imediato e temporal anterior; na fotografia produz-se uma conjunção ilógica entre o *aqui* e o *outrora*.” (Barthes, 1984: 36) Ora, “ter-estado-lá” é uma expressão que também faz parte das garantias de veracidade de um testemunho. Num certo sentido, aquilo que Paul Ricoeur diz acerca da especificidade do testemunho narrativo, linguístico, valerá também – dentro de certos limites – para a fotografia: a asserção da realidade é inseparável do seu acoplamento com a autodesignação do sujeito que testemunha. “Desse acoplamento procede a fórmula tipo da testemunha: eu estive lá.”<sup>15</sup> (Ricoeur, 2000: 204) Já a função de testemunho das fotografias é desde logo suscitado pelo seu carácter deíctico: apontam para qualquer coisa que inevitavelmente aconteceu.

O que acrescenta força testemunhal às fotografias de Mikko Pyhälä é exactamente o facto de elas pertencerem a um quadro geral de testemunho que extravasa os domínios oral e escrito. Relativamente ao testemunho escrito, temos, antes de mais, as legendas (inscrições) das fotografias, as quais, em maior ou menor grau, dão um enquadramento do assunto e, por vezes, uma noção narrativa, quando explicitam uma acção realizada ou a realizar ou quando explicitam a função que alguém desempenhava numa determinada comunidade. Temos também a brochura da Conferência Internacional “Os Estudantes e os Movimentos de Libertação Africanos”, que inclui já os relatos dos estudantes que visitaram as zonas libertadas. Num certo sentido, este relatório constitui uma *legenda* das fotografias.

Há uma tensão irresolúvel entre a força de evidência das fotografias, o seu “ter-estado-lá” que parece ser irreduzível a qualquer código, e as legendas, os contextos, as relações

---

<sup>15</sup> “De ce couplage procède la formule type du témoignage: j’y étais”

institucionais, os discursos de poder que, por assim dizer, resgatam as fotografias da sua nudez. Todo o debate sobre a (ir)representabilidade das imagens é alimentado por esta tensão, a qual pode conduzir facilmente a uma radicalização de posições quando incide sobre temas histórica, cultural e politicamente sensíveis, como o Holocausto (Didi-Huberman, 2012).

O testemunho de Pyhälä não visa, à partida, um dos seguintes usos do testemunho (embora possa ser colocado ao seu serviço): o papel de arquivamento com vista à consulta dos historiadores, o uso judiciário, o mero testemunho da vida quotidiana. Ao analisar os traços constitutivos do testemunho que seriam partilhados pela diversidade de usos, Ricoeur começa por perguntar “até que ponto o testemunho é fiável?”<sup>16</sup> (Ricoeur, 2000: 202), questão que envolve a confiança e a suspeição. Na verdade, é a suspeição que nos obriga a entrar no novelo de sentido do testemunho. Para Ricoeur, o mais importante não é perceber as modalidades do descrédito do testemunho, mas sobretudo dissipar dois mal-entendidos: o primeiro é o que Renaud Dulong chama “paradigma do registo”; o segundo é a ideia de um observador desengajado. É exactamente a definição de testemunho de Dulong que Ricoeur vai recuperar e, a partir dela, tentar perceber os traços essenciais da operação. O acto de testemunhar é um “relato de um acontecimento passado certificado autobiograficamente, quer esse relato seja efectuado em condições informais ou formais”<sup>17</sup> (Dulong, citado em Ricoeur, 2000: 203-204). São seis os seus traços fundamentais:

O primeiro traço diz respeito a dois elementos que simultaneamente se distinguem e articulam um com o outro: por um lado, a assunção da realidade factual do acontecimento reportado; por outro lado, a autenticação da declaração que resulta da experiência do seu autor, isto é, a sua fiabilidade. Este primeiro traço coloca, como é fácil de entender, o carácter problemático da fronteira entre realidade e ficção.

O segundo traço diz que a asserção de realidade é inseparável do seu acoplamento com a autodesignação do sujeito que testemunha. “Desse acoplamento procede a fórmula tipo do testemunho: eu estive lá.”<sup>18</sup> (Ricoeur, 2000: 204) Esta autodesignação pressupõe

---

<sup>16</sup> “jusqu’à quel point le témoignage est-il fiable?”

<sup>17</sup> “Um récit autobiographiquement certifié d’un événement passé, que ce récit soit effectué dans des circonstances informelles ou formelles”

<sup>18</sup> Ver supra, nota 15.

um triplo deítico: “a primeira pessoa do singular, o tempo verbal do passado e a menção do lá em relação ao aqui”<sup>19</sup> (Ricoeur, 2000: 204); por outro lado, este grau de subjectividade mostra a abertura inevitável da operação de testemunho à impressão afectiva, que pode dar-lhe um cunho de importância, até mesmo de choque, o qual, pela sua dimensão íntima e subjectiva, poderá não ser acessível àquele que recebe o testemunho.

O terceiro traço diz respeito ao carácter dialogal do testemunho, pois aquele que testemunha coloca-se numa posição de terceiro em relação ao que é relatado, acrescentando ao “eu estive lá” o “crê em mim”<sup>20</sup> (Ricoeur, 2000: 205). Este momento da operação é o que pretende conferir credibilidade, a qual requer por sua vez a acreditação da parte daquele que recebe o testemunho.

O quarto traço: a possibilidade de suspeitar abre um espaço de controvérsia onde diversos testemunhos e testemunhas podem confrontar-se entre si. Este espaço corresponde ao que, em determinadas condições ideais de comunicação, se chama de espaço público. A ele corresponde uma outra expressão: “se não crêem em mim, perguntem a outro”<sup>21</sup> (Ricoeur, 2000: 206). A testemunha caracteriza-se pela sua disponibilidade em responder a uma alegação eventualmente contraditória.

O quinto traço remete para uma dimensão suplementar de ordem moral que se enxerta nas restantes, e que visa reforçar a credibilidade e fidelidade do testemunho ao longo do tempo. Neste sentido, aproxima-se da promessa, da moralidade implícita na expressão “manter a palavra”<sup>22</sup> (Ricoeur, 2000: 206).

O sexto e último traço: esta estrutura estável da disposição para testemunhar confere ao testemunho um factor de segurança no conjunto das relações constitutivas dos laços sociais, tornando-os mais coesos. Isto dá ao testemunho o carácter de instituição. Ricoeur vai mais longe e fala mesmo de uma “instituição natural”, por mais que esta expressão tenha o carácter de oximoro. Garantia de laços sociais fortes, “o crédito atribuído à palavra de outrem faz do mundo social um mundo intersubjectivamente

---

<sup>19</sup> “la première personne du singulier, le temps passé du verbe et la mention du là-bas par rapport à l’ici”.

<sup>20</sup> “croyez-moi”.

<sup>21</sup> “Si vous ne me croyez pas demandez à quelqu’un d’autre”.

<sup>22</sup> “tenir parole”.

partilhado. Essa partilha é o elemento mais importante daquilo a que podemos chamar de senso comum”<sup>23</sup> (Ricoeur, 2000: 207). Ora, este último aspecto é claramente corrompido em sociedades onde as instituições políticas instauram um clima de vigilância mútua, de delação, de mentira que visa minar a confiança na linguagem. A par deste perigo existe também o da manipulação da memória. Idealmente, na perspectiva de Ricoeur, será a reciprocidade, a intersubjectividade, o espaço entre-dois que pode gerar a boa convivência entre *consensus* e *dissensus*. Na verdade, a crítica de testemunhos divergentes vai introduzir o *dissensus* – e dar-lhe um papel fundamental – no processo historiográfico que marca a passagem do testemunho ao arquivo, passagem que é o pano de fundo das análises de Ricoeur.

No âmbito do presente texto, o recurso a esta incontornável obra de Ricoeur não visa perceber se o testemunho de Pyhälä e dos outros estudantes cumprem os requisitos enunciados, mas, sobretudo, abrir o discurso sobre o carácter testemunhal das suas fotografias, das legendas que as acompanham e da sua articulação com a brochura da conferência internacional. Caberá ao historiador ou a quem se quiser debruçar criticamente sobre a relação entre *testemunho*, *arquivo* e *sobrevivência* dos elementos de arquivo, a tarefa de trazer à discussão os diferentes traços do universo testemunhal, explorando as suas ressonâncias.

## **5. Imagens da história e desvios**

A história é construída por via da análise dos grandes movimentos, mas também pelos desvios que mergulham nos detalhes e nas microanálises capazes de resgatar figuras do anonimato. Ao longo do século XX, a historiografia aprendeu as virtudes desta segunda dimensão, e ela foi sendo ensaiada por vários autores, em vários campos teóricos e segundo diferentes formas de escrita. “As tentativas dos outros comparadas às navegações no decurso das quais os navios são desviados da sua rota pelo Pólo Norte magnético. Encontrar *esse* Pólo Norte. Os fenómenos que para os outros são desvios constituem para mim os dados que determinam a minha rota. – Baseio os meus cálculos nos diferenciais do tempo que, nos outros, perturbam as “grandes linhas” da

---

<sup>23</sup> “le crédit accordé à la parole d’autrui fait du monde social un monde intersubjectivement partagé. Ce partage est la composante majeure de ce qu’on peut appeler le «sens commun»”.

investigação”<sup>24</sup> (Benjamin, 1991: 570). As metáforas do magnetismo são comuns em Benjamin. Por um lado, dão conta do carácter imagético do seu pensamento, tão bem exemplificado pelas suas imagens de pensamento (*Denkbilder*); por outro lado, resultam também da sua atracção por uma espécie de legibilidade intuitiva, que se refere sobretudo à capacidade – que o historiador materialista deveria possuir no mais elevado grau – de identificar uma atmosfera carregada de tensões que se lhe apresenta como uma constelação. Por outras palavras, identificar uma imagem dialéctica, uma imagem da história que se faz numa relação entre o agora e o outrora sem obedecer a uma lógica cronológica e causal, e por isso capaz de manter a ambiguidade dos fenómenos históricos. Relação que mostra que o passado não está fechado. Cumpre-se assim o outro lado do trabalho com o arquivo, que Derrida não deixou também de apontar: a questão do arquivo não é uma questão do passado, é, antes, uma questão do porvir, de uma resposta, de uma promessa e de uma responsabilidade pelo amanhã. “Uma messianidade espectral trabalha no conceito de arquivo e liga-o, como à religião, como à história, como à própria ciência, a uma experiência muito singular da promessa.”<sup>25</sup> (Derrida, 1995: 60)

O paradoxo espaciotemporal da fotografia – apresentar-nos aqui e agora uma imagem do passado – abre uma descoincidência fatal por onde podem entrar um sem-número de distorções e de gestos, não redutíveis aos epítetos do “criativo” e do “artístico”. Mas, neste contexto, cabe perguntar por que é que os artistas que trabalham com o arquivo recorrem tantas vezes à deslocalização, ao rompimento dos laços institucionais e de poder mais imediatos, visando assim abrir as imagens a diferentes experiências e leituras? Essa parece ser uma forma de quebrar exactamente esse lastro que afunda as imagens num contexto e num tempo histórico estanques. No que toca às imagens fotográficas, há como que a criação de uma situação paradoxal. Por um lado, as fotografias são levadas a jogo por causa da sua força de evidência, da sua capacidade de nos colocar lá, de novo. Por outro lado, elas são trabalhadas, destruídas no núcleo das suas funções e reconstruídas num espaço de experimentação que é também um espaço de sensações, de pensamentos, de novas ligações, de promessa.

---

<sup>24</sup> “Vergleich der Versuche der andern mit Unternehmen der Schiffahrt, bei denen die Schiffe vom magnetischen Nordpol abgelenkt werden. *Diesen* Nordpol zu finden. Was für die anderen Abweichungen sind, das sind für mich die Daten, die meinen Kurs bestimmen. – Auf den Differentialen der Zeit, die für die anderen die «großen Linien» der Untersuchung stören, baue ich meine Rechnung auf.”

<sup>25</sup> “Une messianicité spectrale travaille le concept d’archive et le lie, comme la religion, comme l’histoire, comme la science même, à une expérience très singulière de la promesse”.



As dificuldades colocadas pelas fotografias de Mikko Pyällä prendem-se exactamente com o seu estado bruto. É necessário mergulhar nelas para que o magnetismo comece a exercer os seus efeitos. À partida, elas puxam em dois sentidos predominantes: um pólo exige o trabalho do historiador que, no mínimo, seja capaz de reunir em torno delas uma constelação de factos, traçando a sua fisionomia e, no seguimento, delineando as suas macro- e micro-linhas de investigação; o outro pólo exige o trabalho do artista ou do experimentador de imagens que seja capaz de virá-las do avesso. O presente texto, que não procura corresponder a fundo a nenhuma destas exigências, propôs-se simplesmente confrontar as fotografias e traçar as coordenadas de acesso em relação ao que será possível pensar e fazer com elas.

## **Bibliografia**

BARTHES, Roland, “Retórica da Imagem”, in *O Óbvio e o Obtuso*, trad. Isabel Pascoal, Lisboa: Edições 70, 1984 [1964].

BATCHEN, Geoffrey, *Burning with Desire: The Conception of Photography*, Cambridge MA: MIT Press, 1997.

BENJAMIN, Walter, *Das Passagen-Werk*, in *Gesammelte Schriften*, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991.

BENJAMIN, Walter, “Pequena História da Fotografia”, in *A Modernidade*, Lisboa: Assírio e Alvim, 2006a [1931].

BENJAMIN, Walter, “Sobre alguns motivos na obra de Baudelaire”. in *A Modernidade*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2006b [1940].

DERRIDA, Jacques, *Mal d'Archive. Une impression freudienne*, Paris: Galilée, 1995.

DIDI-HUBERMAN, Georges, *Imagens apesar de tudo*, trad. V. Brito e J. P. Cachopo, Lisboa: KKYM, 2012 [2004].

FORTES, Celeste e RAINHO, Rita, “16 de Julho de 1967, Início das emissões da rádio libertação, do PAIGC”, in Miguel Cardina e Bruno Sena Martins, *As Voltas do Passado. A guerra colonial e as lutas de libertação*, Lisboa: Tinta da China, 2018.

KOTEK, Joël, *Students and the Cold War*, trans. Ralph Blumenau, London: Palgrave Macmillan, 1996.

PELTOLA, Pekka e SOIRI, Iina, *Finland and National Liberation in Southern Africa*, Stockholm: Nordiska Afrikainstitutet, 1999.

RICOUER, Paul, *La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli*, Paris: Seuil, 2000.

SEMEDO, Odete, “24 de Setembro de 1973, Proclamação Unilateral da Independência da Guiné-Bissau”, in Miguel Cardina e Bruno Sena Martins, *As Voltas do Passado. A guerra colonial e as lutas de libertação*, Lisboa: Tinta da China, 2018.

TAGG, John, *The Burden of Representation: Essays on Photographies and History*, New York: Palgrave Macmillan, 2002.

WOHLFARTH, Irving, “Spielraum. O jogo e a aposta da «segunda técnica» em Walter Benjamin”, trad. Luciano Gatti, in *Revista Limiar*, “Dossiê Walter Benjamin: materialidade, arte e história”, Luciano Gatti, Francisco Pinheiro Machado, Henry Burnett (org.), vol. 3, nº 6, 2016, pp. 3-53.